

## **VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

- Em R\$ 1 –

#### **NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério da Infraestrutura, com sede em Brasília-DF, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com 8.090.009 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo a União detentora de 100% das ações.

A função social da VALEC é a construção e exploração de infraestrutura ferroviária e suas competências estão previstas no Art. 8º da Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.

A VALEC atua como principal catalisador do modo ferroviário nacional, possuindo projetos em grande parte do país. Entre esses projetos estão:

#### **I - FERROVIA NORTE-SUL (FNS) – EF 151**

Constitui como eixo estruturador do Sistema Ferroviário Nacional: estabelecendo alternativas mais econômicas para os fluxos de carga para o mercado consumidor; induzindo a ocupação econômica do cerrado brasileiro; favorecendo a multimodalidade; conectando a malha ferroviária brasileira; promovendo uma logística exportadora competitiva, de modo a possibilitar o acesso a portos de grande capacidade; incentivando investimentos, que irão incrementar a produção, induzir processos produtivos modernos, e promover a industrialização.

A outorga estabelecendo o direito de construção, uso e gozo da FNS EF – 151 se deu inicialmente por meio do Decreto nº 94.813, de 01/09/87, posteriormente alterado pela Leis 11.297, de 09/05/2006, nº 11.772, de 17/09/2008 e vai de Belém/PA ao Rio Grande/RS.

A FNS, atualmente, está dividida nos seguintes trechos: Açailândia/MA – Porto Nacional/TO; Porto Nacional/TO – Anápolis/GO; e Ouro Verde/GO – Estrela d’Oeste/SP.

##### **a) Açailândia/MA – Porto Nacional/TO**

Com 720 km de extensão, a obra teve um investimento oriundo de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC no valor de R\$ 2,6 bilhões. O trecho encontra-se subconcedido à Ferrovia Norte Sul S.A desde dezembro de 2007 e o valor da outorga foi de R\$ 1,4 bilhões.

Os recursos recebidos pela outorga foram repassados para a União na data do seu recebimento pela VALEC.

Esse trecho teve sua autorização para tráfego em 19 de janeiro de 2011, por meio da Resolução nº 3624/2011 da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

##### **b) Porto Nacional /TO – Anápolis/GO**

Com 855 km, o trecho entre Palmas/TO e Anápolis/GO foi autorizado para tráfego em 11 de fevereiro de 2015, por meio da Resolução ANTT nº 4596/2015. O investimento foi na ordem de R\$ 5,1 bilhões.

O trecho encontra-se em operação pela VALEC a qual promove a venda de direito de passagem para o transporte de locomotivas, farelo de soja, madeira triturada, minério de manganês, barras de trilhos e transporte de vagões e outros de interesse de clientes.

Os recursos oriundos das receitas de “direito de passagem” são repassados diretamente à União.

#### **c) Ouro Verde/GO – Estrela d’Oeste/SP**

Partindo de Ouro Verde de Goiás, cidade situada a cerca de 40 quilômetros ao norte de Anápolis, esse trecho atravessará boa parte do sudeste goiano, uma das principais regiões do agronegócio no país, e chegará a Estrela d’Oeste/SP, completando 684 km de extensão.

O investimento previsto para este trecho é de R\$ 5,6 bilhões, dentre os quais R\$ 4,7 bilhões já foram executados, o que representa 93,5% de avanço físico.

#### **d) Açailândia/MA – Barcarena/PA; Estrela d’Oeste/SP – Panorama/SP; de Panorama/SP – Chapecó/SC e Chapecó/SC - Rio Grande/RS**

Em 2012, foi finalizado o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA do trecho mais ao norte da FNS, de Açailândia/MA a Barcarena/PA, com 477 Km, e ao sul, de Estrela d’Oeste/SP a Panorama/SP, com 264 Km adicionados ao projeto do traçado inicialmente projetado.

Em 2015, para atender à crescente demanda por transporte de cargas, a VALEC concluiu o EVTEA para mais dois trechos da ferrovia, entre Panorama/SP e Chapecó/SC, com 950 km, e entre Chapecó/SC e Rio Grande/RS, com 833 Km.

A FNS possui um total de 4.099 Km, dos quais 2.524 km de EVTEA’s finalizados e 1.575 Km de ferrovia em operação.

## **II - FERROVIA DE INTEGRAÇÃO LESTE-OESTE (FIOL) – EF 334**

Com aproximadamente 1527 km de extensão, ligará o futuro porto de Ilhéus (no litoral baiano) a Figueirópolis (em Tocantins), ponto em que se conectará com a Ferrovia Norte Sul - FNS.

A construção da FIOL tem como objetivos: estabelecer alternativas mais econômicas para os fluxos de carga de longa distância; favorecer a multimodalidade; interligar a malha ferroviária brasileira; propor nova alternativa logística para o escoamento da produção agrícola e de mineração por meio do terminal portuário de Ilhéus/BA; e incentivar investimentos a fim de incrementar a produção e induzir a processos produtivos modernos.

A FIOL está dividida nos seguintes trechos: Ilhéus/BA – Caetité/BA, Caetité/BA – Barreiras/BA e Barreiras/BA – Figueirópolis/TO.

#### **a) Ilheus/BA – Caetité/BA – (FIOL I)**

Com 537,2 Km de extensão, denominada de FIOL I, a obra tem investimentos oriundos de recursos do PAC no valor de R\$ 3,4 bilhões. O trecho encontra-se em construção com 76,2% de avanço físico até dezembro de 2018.

#### **b) Caetité/BA – Barreiras/BA – (FIOL II)**

Com 485,4 Km de extensão, denominada de FIOL II, a obra tem investimentos oriundos de recursos do PAC no valor de R\$ 3 bilhões. O trecho encontra-se em construção com 28,8% de avanço físico até dezembro de 2018.

O investimento previsto para a FIOL I e FIOL II é de R\$ 6,4 bilhões, até dezembro de 2018 foram investidos nesses trechos o valor de R\$ 4,7 bilhões.

### **c) Barreiras/BA – Figueirópolis – (FIOL III)**

Com 504,4 km de extensão, denominado de FIOL III, o trecho encontra-se na fase de estudos e projetos com o EVTEA, Projeto Básico e Projeto Executivo concluídos. Em março de 2015, foi protocolado no IBAMA a solicitação da Licença de Instalação - LI para início da construção.

Ao conectar-se com a FNS em Figueirópolis/TO, a FIOL formará importante corredor logístico de transporte, ampliando as possibilidades de escoamento da produção econômica do país.

### **III - ESTUDOS E PROJETOS**

Estão compreendidos os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA, Projeto Básico - PB e Projeto Executivo - PE desenvolvidos pela VALEC, com destaque para: Corredor Ferroviário de Santa Catarina, Ferrovia do Pantanal e Ferrovia Transcontinental.

#### **a) Corredor Ferroviário de Santa Catarina**

Ligará o oeste ao leste do estado de Santa Catarina, a partir do município de Dionísio Cerqueira/SC até Itajaí/SC, trazendo desenvolvimento econômico e social para toda a região. No município de Chapecó/SC conectar-se-á com a FNS e, próximo ao litoral, com a futura Ferrovia Litorânea integrando, assim, a economia de Santa Catarina às demais regiões produtoras e consumidoras do país.

O projeto encontra-se atualmente na fase de desenvolvimento do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA, que está analisando diretrizes para o traçado.

O valor contratado para a elaboração do EVTEA, Aerolevante Fotogramétrico e Projeto Básico de Engenharia é de aproximadamente R\$ 48 milhões, dos quais foram dispendidos até dezembro de 2018, o valor de R\$ 3,5 milhões.

#### **b) Ferrovia do Pantanal – EF 267**

Com aproximadamente 734 km, ligará o município de Panorama/SP à FNS, no município de Panorama/SP até Porto Murtinho/MS às margens do Rio Paraguai, no sul do Pantanal mato-grossense, atendendo o agronegócio da região que possui alta densidade de produção agrícola e possibilitando o acesso aos portos do sudeste e sul do país.

O EVTEA desse trecho, contratado pela VALEC, foi finalizado em maio 2012, com investimento no PAC de R\$ 5,5 milhões.

#### **c) Ferrovia Integração Centro-Oeste (FICO) – EF 354**

A FICO é a extensão no território brasileiro da Ferrovia Transcontinental, que foi incluída no Plano Nacional de Viação por meio da Lei 11.772, de 17/09/2008 para ter aproximadamente 4.400 km de extensão em solo brasileiro, entre o Porto do Açu, no litoral do estado do Rio de Janeiro e a localidade de Boqueirão da Esperança/AC, na fronteira Brasil-Peru, como parte da ligação entre os oceanos Atlântico, no Brasil, e Pacífico, no Peru.

Tem por objetivos: estabelecer alternativas mais econômicas para os fluxos de carga de longa distância; favorecer a multimodalidade; interligar a malha ferroviária brasileira; propor nova alternativa logística para o escoamento da produção agrícola e de mineração para os sistemas portuários do Norte e Nordeste; e incentivar investimentos, que irão incrementar a produção e induzir processos produtivos modernos.

Trará, ainda, os seguintes benefícios: proporcionará alternativa no direcionamento de cargas para os portos do Norte e Nordeste, principalmente aquelas produzidas em Goiás, Mato Grosso e Rondônia, e assim, reduzir o percurso e o custo do transporte marítimo de grãos e minérios exportados para os portos do Oceano Atlântico, Europa, Oriente Médio e Ásia; aumentará a produção agroindustrial da região, motivada por melhores

condições de acesso aos mercados nacional e internacional; e possibilitará e estimulará a exploração de reservas minerais ainda pouco exploradas.

Esta subdividida nos seguintes trechos: Mara Rosa/GO – Água Boa/MT; Água Boa/MT – Lucas do Rio Verde/MT; Lucas do Rio Verde/MT – Vilhena/RO e de Vilhena/RO – Porto Velho/RO.

#### **c.1) Mara Rosa/GO - Água Boa/MT - Lucas do Rio Verde/MT**

Com 889,2 km de extensão, sendo o primeiro trecho de 382,92 Km entre Mara Rosa/GO a Água Boa/MT e o segundo trecho de 506,28 Km de Água Boa/MT a Lucas do Rio Verde/MT. O empreendimento tem investimentos oriundos do PAC. O trecho encontra-se com o EVTEA e Projeto Básico concluídos em 2010 e 2012 respectivamente.

#### **c.2) Lucas do Rio Verde/MT – Vilhena/RO**

Com estimativa de 646 km de extensão. O empreendimento tem investimentos oriundos do PAC e o trecho encontra-se com o EVTEA concluído.

O trecho de Mara Rosa /GO a Vilhena/RO tem investimento previsto no PAC de R\$ 6,11 Bilhões.

#### **c.3) Vilhena/RO a Porto Velho/RO**

Com estimativa de 770 km de extensão, o empreendimento ligará a ferrovia a partir de Vilhena/RO até a Hidrovia do Rio Madeira, em Porto Velho/RO, além de estabelecer um importante corredor logístico intermodal aos portos de Itacoatiara/AM e Santarém/PA. O trecho encontra-se com o EVTEA em elaboração.

### **IV – PERMISSÃO DE USO DE PÁTIOS**

Um aspecto fundamental das atribuições da VALEC é o fomento ao transporte ferroviário pela implementação de novos terminais e polos de carga. A VALEC outorga por meio de Contratos de Permissão para Uso, Pátios de Integração Multimodal. Atualmente, a VALEC possui 25 (vinte e cinco) contratos vigentes, sendo 5 (cinco) em Porto Franco/MA, 6 (seis) em Araguaína/TO, 2 (dois) em Palmeirante/TO, 3 (três) em Guaraí/TO, 8 (oito) em Porto Nacional/TO e 1 (um) em Gurupi/TO.

### **V – CONTINUIDADE OPERACIONAL**

A VALEC é uma empresa pública totalmente dependente das políticas públicas traçadas pelo Ministério da Infraestrutura, portanto, não possui plano financeiro próprio, sendo seu planejamento financeiro de longo prazo vinculado ao planejamento orçamentário, por meio do Plano Plurianual e das políticas governamentais.

### **NOTA 2 – BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

- a) As demonstrações contábeis fundamentam-se de acordo com os Padrões Internacionais de Relatórios Financeiros (“IFRSs”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas adotadas no Brasil – BR GAAP assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC);
- b) As demonstrações contábeis originam-se de fatos contábeis vinculados ao Princípio do Registro pelo Valor Original e os saldos estão disponibilizados em unidade de Real (R\$ 1), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da VALEC;
- c) A VALEC integra o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, na modalidade total em relação ao orçamento, conforme disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e aspectos societários da Lei nº 6.404/76 em relação à apresentação das Demonstrações Contábeis, com as alterações promovidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09;

- d) A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria de Administração e Finanças em 27 de fevereiro de 2019.
- e) As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério de liquidez e natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados;
- f) Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicáveis os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais, bem como, os efeitos de ajustes de ativo para valor de mercado ou de realização. Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do período subsequente estão classificados como Ativos ou Passivos Circulantes;
- g) O ativo imobilizado possui parcelas de valores adquiridos antes de 31 de dezembro de 1995 que, em relação ao custo original dos bens, adicionavam-se as correções monetárias a fim de ajustá-los em conformidade com os efeitos inflacionários ocorridos. No entanto, essas atualizações foram revogadas pelo art.4º, parágrafo único da Lei nº 9.249/95 e, após essa data, as demais aquisições passaram a ser reconhecidas pelo custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens, conforme Nota 10;
- h) O ativo intangível composto por direito de uso e programas de software, conforme Nota 11, é demonstrado pelo custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a legislação e devem ser mantidas neste grupo até a efetiva baixa;
- i) As provisões para contingências são contabilizadas, com base na opinião da Assessoria Jurídica, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões classificadas como perdas possíveis pela Assessoria Jurídica são divulgadas na Nota 22a com base na perda histórica, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão e divulgação;
- j) Ativos financeiros são avaliados pelo valor justo decorrentes do resultado. Os ativos financeiros presentes nesta Companhia incluem-se os equivalentes de caixa, e os direitos creditórios contratuais a receber.
- k) A VALEC avalia durante o encerramento das demonstrações financeiras se transcorreu, em determinado intervalo, a desvalorização econômica (recuperação) do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros. Terminantemente, considera-se não recuperável quando houver indicação de ausência de retomada do resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (um evento de perda incorrida) e essa perda tenha influência no fluxo de caixa estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente presumida.
- l) As obrigações financeiras são avaliadas pelo valor justo, de maneira similar ao ativo financeiro. Por conseguinte, envolve as obrigações desta Companhia com terceiros interessados, das quais destacam-se os fornecedores de mercadorias e serviços, as obrigações trabalhistas e tributárias, entre outras.
- m) A VALEC não efetivou, neste exercício ou em períodos anteriores, perante às Instituições Financeiras, transações especulativas no mercado financeiro que motivassem a aquisição de produtos bancários com vistas a almejar ganhos financeiros vinculados a esse tipo de instrumento.
- n) As demonstrações contábeis de 2016 e 2017 foram reapresentadas conforme o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, bem como o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

### NOTA 3 – REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 2018, a Companhia identificou a necessidade de efetuar ajustes em suas demonstrações financeiras no que se refere: receitas com permissão para uso dos pátios; reconhecimento da receita com a subconcessão do trecho da ferrovia FNS; e reconhecimento da despesa com depreciação das ferrovias prontas. Foram revistas as práticas contábeis utilizadas, cuja a natureza e extensão vão de 2005 a 2017, verificando a necessidade de ajustar essas práticas contábeis de forma retrospectiva, conforme prevê o Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, bem como o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Como resultado desse procedimento, ajustes foram identificados e efetuados nas demonstrações financeiras a partir de 31 de dezembro de 2005. Assim, as demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2018 incluem, para fins comparativos, os saldos referentes aos exercícios findos de 31 de dezembro de 2017 e em 1º de janeiro de 2017. Os ajustes não produziram efeitos nos saldos de caixa e equivalentes caixa.

Os quadros abaixo detalham os principais efeitos dos ajustes efetuados nos balanços patrimoniais e nas demonstrações do resultado dos respectivos exercícios:

#### I. Ativo

Reapresentação							
Em R\$ 1							
		31/12/2017	Ajustes	31/12/2017	31/12/2016	Ajustes	31/12/2016
	Ref.	(apresentado originalmente)		(reapresentado)	(apresentado originalmente)		(reapresentado)
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>33.863.211</b>	<b>1.907.163</b>	<b>35.770.374</b>	<b>31.261.920</b>	<b>1.660.240</b>	<b>32.922.160</b>
<b>Disponível</b>		<b>32.728.296</b>		<b>32.728.296</b>	<b>28.200.844</b>		<b>28.200.844</b>
Conta Vinculada		32.728.296		32.728.296	28.200.844		28.200.844
<b>Direitos Realizáveis</b>		<b>1.134.915</b>	<b>1.907.163</b>	<b>3.042.078</b>	<b>3.061.076</b>	<b>1.660.240</b>	<b>4.721.316</b>
Adiantamentos Concedidos		1.134.915		1.134.915	3.061.019		3.061.019
Faturas a receber		0		0	0		0
Créditos previdenciários a compensar		0		0	0		0
Créditos a Receber		0		0	0		0
Tributos a Recuperar		0		0	57		57
Permissões para uso de pátios a receber	(e)	0	1.907.163	1.907.163	0	1.660.240	1.660.240
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>17.302.659.251</b>	<b>(694.528.273)</b>	<b>16.608.130.978</b>	<b>16.676.059.706</b>	<b>(532.696.888)</b>	<b>16.143.362.818</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>95.446.397</b>	<b>229.761.036</b>	<b>325.207.433</b>	<b>80.118.712</b>	<b>230.723.894</b>	<b>310.842.606</b>
Depósitos de Cauções		202.401		202.401	199.543		199.543
Depósitos Judiciais		95.118.236		95.118.236	79.758.883		79.758.883
Subconcessão a receber	(e)	0	207.275.378	207.275.378	0	208.156.025	208.156.025
Valores a Receber ( Assist. Médica- Geipot)		125.760		125.760	160.286		160.286
Permissões para uso de pátios a receber	(e)	0	22.485.658	22.485.658	0	22.567.869	22.567.869
<b>Investimentos</b>		<b>1.030.903.382</b>		<b>1.030.903.382</b>	<b>1.030.903.382</b>		<b>1.030.903.382</b>
Participação Societária - MEP		1.030.877.104		1.030.877.104	1.030.877.104		1.030.877.104
Participação Societária - CUSTO		26.278		26.278	26.278		26.278
<b>Imobilizado</b>		<b>16.163.651.322</b>	<b>(924.289.309)</b>	<b>15.239.362.013</b>	<b>15.556.416.978</b>	<b>(763.420.782)</b>	<b>14.792.996.196</b>
Imobilizado Geral -Custo Corrigido		14.117.764.590		14.117.764.590	13.483.329.961		13.483.329.961
Instalações - Ferrovias Concedidas		2.606.962.967		2.606.962.967	2.606.962.967		2.606.962.967
Terrenos - Permissão de Uso - Pátios		480.985		480.985	480.985		480.985
(Depreciações Acumuladas)	(a) / (b)	(561.557.220)	(924.289.309)	(1.485.846.529)	(534.356.935)	(763.420.782)	(1.297.777.717)
<b>Intangível</b>		<b>12.658.150</b>		<b>12.658.150</b>	<b>8.620.634</b>		<b>8.620.634</b>
Direito de uso de Comunicação		139.790		139.790	139.790		139.790
Software		13.240.880		13.240.880	8.216.409		8.216.409
Adiantamento p/ transferência de tecnologia		4.000.000		4.000.000	4.000.000		4.000.000
(Amortizações Acumuladas)		(4.722.520)		(4.722.520)	(3.735.565)		(3.735.565)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>17.336.522.462</b>	<b>(692.621.110)</b>	<b>16.643.901.352</b>	<b>16.707.321.626</b>	<b>(531.036.648)</b>	<b>16.176.284.978</b>

## II. Passivo

Reapresentação

Em R\$ 1	31/12/2017	Ajustes	31/12/2017	31/12/2016	Ajustes	31/12/2016
Ref.	(apresentado originalmente)		(reapresentado)	(apresentado originalmente)		(reapresentado)
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>19.875.948</b>	<b>51.247.164</b>	<b>71.123.112</b>	<b>21.129.764</b>	<b>51.082.548</b>	<b>72.212.312</b>
Fornecedores	3.077.451		3.077.451	5.366.161		5.366.161
Desapropriações a pagar	346.853		346.853	151.289		151.289
Provisão p/13º e férias c/encargos	15.864.411		15.864.411	14.986.909		14.986.909
Salários a pagar	0		0	0		0
PIS/COFINS a pagar	0		0	0		0
Tributos retidos a recolher	295.239		295.239	624.316		624.316
Retenções s/ salários a pagar	291.994		291.994	0		0
Adiantamentos de clientes	(d) 0	1.973.664	1.973.664	0	1.809.048	1.809.048
Adiantamento de subconcessão	(d) 0	49.273.500	49.273.500	0	49.273.500	49.273.500
Outras obrigações				1.089		1.089
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>5.333.742.795</b>	<b>966.729.368</b>	<b>6.300.472.163</b>	<b>12.605.613.802</b>	<b>1.015.644.478</b>	<b>13.621.258.280</b>
Depósitos retidos sobre fornecedores	56.965.737		56.965.737	54.724.694		54.724.694
Provisões de Ações Trabalhistas/Cíveis	912.047.607		912.047.607	1.047.198.121		1.047.198.121
Depósitos de Cauções	202.401		202.401	199.543		199.543
Adiantamentos de clientes	(d) 0	30.532.868	30.532.868	0	30.174.478	30.174.478
Adiantamento de subconcessão	(d) 0	936.196.500	936.196.500	0	985.470.000	985.470.000
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	4.364.527.050		4.364.527.050	11.503.491.444		11.503.491.444
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>11.982.903.719</b>	<b>(1.710.597.642)</b>	<b>10.272.306.077</b>	<b>4.080.578.060</b>	<b>(1.597.763.674)</b>	<b>2.482.814.386</b>
Capital Social	16.472.596.598		16.472.596.598	8.274.991.147		8.274.991.147
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	652.155.943		652.155.943	-		-
Prejuízos Acumulados	(5.141.848.822)	(1.710.597.642)	(6.852.446.464)	(4.194.413.087)	(1.597.763.674)	(5.792.176.761)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>17.336.522.462</b>	<b>(692.621.110)</b>	<b>16.643.901.352</b>	<b>16.707.321.626</b>	<b>(531.036.648)</b>	<b>16.176.284.978</b>

### III. Demonstração Do Resultado

Reapresentação

Em R\$ 1		31/12/2017	Ajustes	31/12/2017	31/12/2016	Ajustes	31/12/2016
	Ref.	(apresentado originalmente)		(reapresentado)	(apresentado originalmente)		(reapresentado)
<b>RECEITAS</b>							
Receita de Exploração da Ferrovia		132.980		132.980	466.903		466.903
Permissão para uso de pátios	(c)	2.170.756	(224.528)	1.946.228	1.884.551	(208.445)	1.676.106
Subconcessão FNS	(c)	0	49.273.500	49.273.500	0	49.273.500	49.273.500
(-) Deduções de Receita		(141.573)		(141.573)	(283.503)		(283.503)
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>2.162.163</b>	<b>49.048.972</b>	<b>51.211.135</b>	<b>2.067.951</b>	<b>49.065.055</b>	<b>51.133.006</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>							
Pessoal		(182.486.937)		(182.486.937)	(171.987.162)		(171.987.162)
Remuneração dos Administradores		(1.579.321)		(1.579.321)	(1.442.310)		(1.442.310)
Depreciação e Amortização	(a) / (b)	(30.902.300)	(160.868.527)	(191.770.827)	(31.039.846)	(245.496.576)	(276.536.422)
Gerais e Administrativas		(75.124.833)		(75.124.833)	(70.195.670)		(70.195.670)
Provisão para Contingências		(137.526.476)		(137.526.476)	(16.362.130)		(16.362.130)
Diárias, Passagens e Despesas de Locomoção		(1.619.747)		(1.619.747)	(1.605.208)		(1.605.208)
Repasse Concedido		(988.086)		(988.086)	(42.811.748)		(42.811.748)
Resultado de Equivalência Patrimonial		0		-	(811.565)		(811.565)
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>256.906.306</b>		<b>256.906.306</b>	<b>0</b>		<b>0</b>
Reversão de Provisão para Contingências		256.906.306		256.906.306	0		0
Recuperação de Créditos de INSS		0		0	0		0
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>(171.159.231)</b>	<b>(111.819.555)</b>	<b>(282.978.786)</b>	<b>(334.187.688)</b>	<b>(196.431.521)</b>	<b>(530.619.209)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>		<b>(1.034.925.938)</b>	<b>(1.014.412)</b>	<b>(1.035.940.350)</b>	<b>(1.455.682.598)</b>	<b>15.324.184</b>	<b>(1.440.358.414)</b>
Receita Financeira	(f)	9.600.660	10.329	9.610.989	10.036.813	15.324.184	25.360.997
Despesa Financeira	(f)	(1.044.526.598)	(1.024.741)	(1.045.551.339)	(1.465.719.411)		(1.465.719.411)
<b>RESULTADO ANTES DAS SUBVENÇÕES DO TESOURE NACIONAL</b>		<b>(1.206.085.169)</b>	<b>(112.833.967)</b>	<b>(1.318.919.136)</b>	<b>(1.789.870.286)</b>	<b>(181.107.337)</b>	<b>(1.970.977.623)</b>
<b>SUBVENÇÕES DO TESOURE NACIONAL</b>		<b>258.649.433</b>		<b>258.649.433</b>	<b>248.417.083</b>		<b>248.417.083</b>
Repasse de Custeio/Pessoal		258.649.433		258.649.433	248.417.083		248.417.083
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS S/LUCRO (IR/CSLL)</b>		<b>(947.435.736)</b>	<b>(112.833.967)</b>	<b>(1.060.269.703)</b>	<b>(1.541.453.203)</b>	<b>(181.107.337)</b>	<b>(1.722.560.540)</b>
Imposto de Renda		0		0	0		0
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido		0		0	0		0
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(947.435.736)</b>	<b>(112.833.967)</b>	<b>(1.060.269.703)</b>	<b>(1.541.453.203)</b>	<b>(181.107.337)</b>	<b>(1.722.560.540)</b>

- (a) Transferência de Obras em Andamento e Estudos e Projetos para Instalações – Ferrovias: as datas utilizadas como base foram as datas das autorizações para tráfego dadas pela ANTT e término dos contratos referentes aos trechos: Açailândia a Palmas e Palmas a Anápolis;
- (b) Reconhecimento da depreciação das ferrovias a partir da autorização para tráfego e término dos contratos;
- (c) Reversão das receitas reconhecidas por regime de caixa (todos os contratos de permissão para uso de pátios e o contrato da subconcessão);
- (d) Reconhecimento dos contratos no passivo para diferimento mensal da receita, conforme prazo contratual, em atendimento ao regime de competência;
- (e) Reconhecimento do direito a receber no ativo, conforme prazos de recebimentos;
- (f) Reconhecimento das receitas financeiras e despesas financeiras decorrentes do diferimento de contratos.



#### NOTA 4 - CONTA VINCULADA - LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

Nessa conta é registrado o valor do limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender as despesas com vinculações de pagamentos divididas nas seguintes categorias:

Categoria de Gasto com Pessoal e Encargos Sociais – (A) Vinculações: 130, 307, 308, 310.

Categoria de Gasto com Custeio/Investimento – (C) Vinculações: 340, 400, 404, 412, 415, 500, 510, 551.

Categoria de Gasto com Investimentos (Obras) – (D) Vinculações: – 400, 415, 500.

A conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento apresenta o seguinte saldo em 31/12/2018:

VINCULAÇÃO	DESCRIÇÃO DA VINCULAÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
130	Pessoal-sentenças judiciais	18.663	7.665
307	Outros pag. pessoais - órgãos integrantes SIAPE	241.078	174.519
308	Contribuição previdência fechada	182.877	249.066
310	Pagamento pessoal	8.748.557	1.711.770
340	Custeio sentenças judiciais	42.540	42.540
400	Custeio/invest. c/exig. De empenho	7.759.003	8.591.873
404	Custeio/inves outras emendas impositivas	542.134	0
412	Pagamento de cartão de crédito	1.060	1.060
415	Custeio/invest. projeto piloto	24.718.054	10.480.581
500	Custeio e investimento	8.839.534	8.839.534
510	Custeio pgto. pessoal/auxílios	2.979.747	2.629.592
551	Restituição de receita administrada	96	96
<b>TOTAL</b>		<b>54.073.343</b>	<b>32.728.296</b>

#### NOTA 5 – DIREITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO

##### a) Adiantamentos Concedidos

O saldo de R\$ 818.375 em 31 de dezembro de 2018, refere-se a adiantamentos concedidos aos empregados da VALEC e das extintas empresas Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA e Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT.

ADIANTAMENTOS DE 13º SALÁRIO	31/12/2018	31/12/2017
RFFSA	141.225	356.203
GEIPOT	45.088	74.745
VALEC	354.815	331.396
<b>TOTAL ADIANT. 13º SALÁRIO</b>	<b>541.128</b>	<b>762.344</b>
ADIANTAMENTOS DE SALÁRIOS E ORDENADOS	31/12/2018	31/12/2017
RFFSA	170.517	237.713
GEIPOT	541	4.524
VALEC	106.189	130.334
<b>TOTAL ADIANT. 13º SALÁRIO</b>	<b>277.247</b>	<b>372.571</b>
<b>TOTAL GERAL DE ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS</b>	<b>818.375</b>	<b>1.134.915</b>

##### b) Faturas a Receber

O valor de R\$ 17.274 refere-se à Fatura nº 17/2018, emitida em 12/12/2018, com vencimento em 12/01/2019 em nome da Ferrovia Norte-Sul S/A e corresponde à venda de direito de passagem no trecho Anápolis/GO a Porto Nacional/TO.

### c) Crédito Previdenciário a Compensar

Os seguintes fatos e princípios foram determinantes como justificativa para apuração de créditos previdenciários: Índices FAP declarados em divergência ao que determina o Portal FAPWeb; Atividades preponderantes declaradas em discordância com a real atividade exercida pelos funcionários de cada filial, conforme determina a Instrução Normativa 1.453/2014 e COSIT 90/2016; Alíquota RAT declaradas em discordância com o determinado pelo Decreto 6.957/2009; Ausência de lançamento de desoneração em folha durante o período em que a mesma era obrigatória para o setor econômico da VALEC, conforme Lei 12.546/2011 e posteriores alterações; e Ausência de pagamento de DARF CPRB no período em que a mesma era obrigatória para o setor econômico da VALEC, conforme Lei 12.546/2011 e posteriores alterações.

<b>CRÉDITO PREVIDENCIÁRIO</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Crédito Previdenciário	54.285.136	0
Crédito Compensado em 2018	(26.966.503)	0
<b>SALDO DE CRÉDITO PREVIDENCIÁRIO EM 31/12/2018</b>	<b>27.318.633</b>	<b>0</b>
Crédito Previdenciário – Circulante	25.750.000	0
Crédito Previdenciário – Não Circulante	1.568.633	0

Os créditos previdenciários estão sendo compensados nas guias de pagamentos do INSS referentes às folhas de pagamentos da VALEC e das extintas empresas Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA e Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT.

### d) Créditos a Receber

O crédito a receber no valor de R\$ 290.797 refere-se à apuração de valores pagos a maior em favor do Consórcio Torque/Azvi, contrato 008/2013, conforme processo administrativo nº 51402.167118/2016-10.

## NOTA 6 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

### a) Depósitos de Cauções

<b>DEPÓSITOS DE CAUÇÕES</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Saldo do exercício anterior	202.401	199.543
Ingressos	30.371	0
Atualização Monetária	597	2.858
<b>TOTAL DOS DEPÓSITOS DE CAUÇÕES</b>	<b>233.369</b>	<b>202.401</b>

Os depósitos de cauções decorrem das garantias caucionadas propostas, em licitação, do contratante ao contratado, conforme cláusula contratual, os quais são contabilizados em contrapartida ao passivo não circulante. Financeiramente, esses valores encontram-se disponibilizados em conta específica sob a custódia da Caixa Econômica Federal – CEF e ao final de cada mês, esses depósitos são atualizados monetariamente.

### b) Depósitos Judiciais

<b>AÇÕES</b>	<b>SALDO EM 31/12/2017</b>	<b>INGRESSO</b>	<b>ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA</b>	<b>BAIXA</b>	<b>BAIXA ATUAL. MONET.</b>	<b>SALDO EM 31/12/2018</b>
Cíveis	67.695.419	103.128	8.146.562	0	0	75.945.109
Trabalhistas	27.422.817	6.362.026	928.486	(355.589)	(37.901)	34.319.839
<b>TOTAL</b>	<b>95.118.236</b>	<b>6.465.154</b>	<b>9.075.048</b>	<b>(355.589)</b>	<b>(37.901)</b>	<b>110.264.948</b>

O montante de R\$ 110.264.948 compreende os depósitos judiciais provenientes das ações trabalhistas e cíveis impetradas pelas partes autoras contra a VALEC e as extintas empresas Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA e

Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT. Mensalmente, os Depósitos Judiciais são atualizados monetariamente pela taxa JAM-FGTS (ações trabalhistas) ou pela taxa Selic (ações cíveis).

### c) Valores a Receber

<b>VALORES A RECEBER</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Saldo do exercício anterior	125.760	160.286
Ingressos	101.536	133.810
Baixas	(151.885)	(168.336)
<b>TOTAL</b>	<b>75.411</b>	<b>125.760</b>

O saldo de R\$ 75.411 abrange gastos com despesas médicas dos empregados da extinta Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT transferidos para a VALEC, os descontos desses valores são efetuados mensalmente na Folha de Pagamento dos colaboradores.

### NOTA 7 – PERMISSÃO DE USO DE PÁTIOS A RECEBER

#### a) Realizáveis a Curto Prazo

Para fomentar o transporte ferroviário, a VALEC outorga por meio de Contratos de Permissão de Uso, Pátios de Integração Multimodal, por prazo não inferior a 15 anos. A receitas provindas dessas permissões são consideradas receitas operacionais diferidas pelo prazo do contrato e o recebimento é parcelado conforme acordo contratual, os saldos dos recursos a receber de curto e longo prazo referentes à Permissão para Uso de Pátios em 31/12/2018 são:

<b>Permissão para uso de pátios a receber - Circulante</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Saldo do exercício anterior	1.907.163	1.660.240
Recebimentos	(1.383.260)	(2.160.427)
Transf. do não circulante para circulante	1.383.260	2.160.427
Novas permissões	0	246.923
<b>TOTAL</b>	<b>1.907.163</b>	<b>1.907.163</b>

#### b) Não Circulante

<b>Permissão de uso de pátios a receber – Não Circulante</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Saldo do exercício anterior	22.485.658	22.567.869
Transf. do não circulante para circulante	(1.383.260)	(2.160.427)
Atualização monetária	1.752.473	(144.093)
Novas permissões	0	2.222.309
<b>TOTAL</b>	<b>22.854.871</b>	<b>22.485.658</b>

<b>Saldo de contratos por permissão a receber</b>	<b>31/12/2018</b>
Bunge S.A.	884.213
Cargill Agrícola S.A.	793.873
Multigrain S.A.	2.098.725
Porto Seco	10.256.668
Total Distribuidora	10.728.555
<b>TOTAL</b>	<b>24.762.034</b>

## NOTA 8 –SUBCONCESSÃO A RECEBER

Conforme Nota 1, a VALEC subconcedeu, em 2007, o trecho da Ferrovia Norte Sul que liga Açailândia/MA a Palmas/TO para a Ferrovia Norte Sul S/A. A Outorga foi dividida em três parcelas, sendo 50% à vista, 25% na entrega do 1º trecho e 25% na entrega do 2º trecho. A primeira parcela foi recebida em dezembro de 2007, a segunda parcela foi recebida em maio de 2009 e parte da terceira parcela foi recebida em dezembro de 2010, o restante do pagamento está condicionado à entrega, pela VALEC, de obras remanescentes. O saldo a receber sobre o contrato de subconcessão em 31/12/2018 é de R\$ 221.996.204.

<b>Subconcessão a receber</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Saldo do exercício anterior	207.275.378	208.156.025
Atualização monetária	14.720.826	(880.647)
<b>TOTAL</b>	<b>221.996.204</b>	<b>207.275.378</b>

## NOTA 9 – INVESTIMENTO

<b>INVESTIDAS</b>	<b>SALDO EM 31/12/2017</b>	<b>RESULT. MEP</b>	<b>APORTE</b>	<b>SALDO EM 31/12/2018</b>	<b>QTD DE AÇÕES PN</b>	<b>AÇÕES PN (%)</b>	<b>QTD DE AÇÕES ON</b>	<b>AÇÕES ON (%)</b>
Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A	26.278	0	0	26.278	0		1.875.000	0,008
Transnordestina Logística S/A	1.030.877.104	(29.550.346)	0	1.001.326.758	18.686.075	71,59	1.722.716	6,60
<b>TOTAL</b>	<b>1.030.903.382</b>	<b>(29.550.346)</b>	<b>0</b>	<b>1.001.353.036</b>				

### a) Estrada de Ferro Paraná-Oeste S/A - FERROESTE

A Estrada de Ferro Paraná-Oeste S/A - FERROESTE é uma sociedade anônima, de economia mista, controlada pelo Estado do Paraná, com 99,69% de participação acionária, o restante das ações pertence a 46 empresas nacionais, 03 estrangeiras e 06 pessoas físicas. A FERROESTE tem por objetivo a construção, operação, administração, e exploração comercial de vias ferroviárias nacionais, de terminais ferroviários, de silos e demais sistemas de armazenagem de produtos agrícolas e manufaturados em geral.

A VALEC participa do capital social da Estrada de Ferro Paraná-Oeste S/A – FERROESTE com 1.875 lotes de 1.000 ações ordinárias. Esse investimento é avaliado pelo método de custo em função dessa participação não apresentar influência significativa, conforme cita o artigo 244, combinado com o artigo 248, parágrafo único da Lei nº 6.404/76, além dessa participação ser inferior a 20% do Capital Social da investida.

### b) Transnordestina Logística S/A - TLSA

A Transnordestina Logística S.A. - TLSA é uma sociedade por ações, sediada em Fortaleza-CE, com registro de companhia aberta, classe B, junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). A Companhia é controlada pela Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN”) e suas ações não são negociadas em bolsa de valores.

A Companhia tem por objeto social prestar serviços de transporte ferroviário; explorar serviços de carga, descarga, armazenagem e transbordo nas estações, pátios e terrenos existentes na faixa de domínio das linhas ferroviárias objeto da concessão; explorar os transportes intermodais necessários ao desenvolvimento de suas atividades; participar de projetos que tenham como objeto a promoção do desenvolvimento socioeconômico das áreas de influência, visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos; exercer a atividade de operador portuário; exercer outras atividades que utilizem como base a infraestrutura da Companhia; exercer a função de operador de transporte multimodal (OTM) e executar todas as atividades afins ou correlatas às descritas anteriormente.

A VALEC participa do capital social da Transnordestina Logística S/A com 20.408.791 ações (18.686.075 ações preferenciais e 1.722.716 ações ordinárias) que correspondem a 39,10% do total de ações, sendo 71,59% das ações preferenciais e 6,60% das ações ordinárias.

Até o ano de 2016, a VALEC aportou o montante de R\$ 1.124,6 milhões na TLSA, enquanto que em 2017 e 2018, não houveram aportes por parte da VALEC. Desde janeiro de 2017, por determinação do Tribunal de Contas da União – Acórdão N° 67/2017, estão suspensos novos aportes de recursos públicos para o projeto.

Em 27 de dezembro 2013, após a eleição e posse de dois representantes para compor o Conselho de Administração da Transnordestina Logística S/A, a VALEC passou a ter influência significativa nessa companhia e, portanto, a considerá-la coligada. Conforme a Resolução CFC nº 1.424/13, coligada é a entidade sobre a qual o investidor tem influência significativa, isto é, o investidor possui poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

A Resolução CFC nº 1.424/13 determina que o investimento em coligada seja avaliado pelo método da equivalência patrimonial, o qual deve ser inicialmente reconhecido pelo custo e o seu valor contábil aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação do investidor nos lucros ou prejuízos do período, gerados pela investida após a aquisição. A participação do investidor no lucro ou prejuízo do período da investida deve ser reconhecida no resultado do período do investidor.

A empresa Transnordestina Logística S/A apresentou, no segundo trimestre de 2018, as demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2017 cujo resultado negativo foi de R\$ 46.183 mil, proporcionando um resultado com equivalência patrimonial negativo para a VALEC de R\$ 15.641.694.

No ano de 2018, até o terceiro trimestre o resultado de equivalência patrimonial negativo desse investimento foi de 13.908.652, calculado sobre um prejuízo da Transnordestina Logística S/A de R\$ 35.572 mil no período.

Até o fechamento das demonstrações, a Transnordestina Logística S/A não havia encaminhado à VALEC suas demonstrações contábeis referentes ao quarto trimestre de 2018 para fins de contabilização do resultado da equivalência patrimonial.

## NOTA 10 – IMOBILIZADO

IMOBILIZADO BENS MÓVEIS	SALDO EM 31/12/2017	ENTRADAS	BAIXAS	TRANSF.	SALDO EM 31/12/2018	TAXA DEPREC. (%)
Mobiliário em Geral	7.615.745	1.548.513	0	0	9.164.258	10
Equipamentos	15.103.911	7.948.149	(11.635)	0	23.040.425	10 e 20
Utensílios de Escritório	1.346.026	0	(2.987)	0	1.343.039	10
Máquinas Diversas	250	0	0	0	250	10
CMT Lei nº 8.200/91	45.264	0	0	0	45.264	10
<b>Total Bens Móveis (1)</b>	<b>24.111.196</b>	<b>9.496.662</b>	<b>(14.622)</b>	<b>0</b>	<b>33.593.236</b>	-
IMOBILIZADO BENS IMÓVEIS	SALDO EM 31/12/2017	ENTRADAS	BAIXAS	TRANSF.	SALDO EM 31/12/2018	TAXA DEPREC. (%)
Terrenos	369.878.080	3.784.599	(247.955)	23.605.425	397.020.149	-
Terrenos – Permissão de Uso Pátios	480.985	0	0	0	480.985	-
Instalações - Ferrovias	4.509.427.486	0	(21.457.169)	0	4.487.970.317	2,86
Instalações – Ferrovias Concedidas	2.606.962.967	0	(366.879)	0	2.606.596.088	
Salas e Escritórios	12.501.690	0	0	0	12.501.690	10
Imóveis em Poder de Terceiros	1.483	0	0	0	1.483	-
Estudos e Projetos	149.011.822	40.798.194	0	69.016.339	258.826.355	-
Obras em Andamento	9.052.548.865	633.494.823	(207.650)	(92.621.764)	9.593.214.274	-
CMT Lei 8.200/91	283.968	0	0	0	283.968	-
<b>Total Bens Imóveis (2)</b>	<b>16.701.097.346</b>	<b>678.077.616</b>	<b>(22.279.653)</b>	<b>0</b>	<b>17.356.895.309</b>	
<b>Depreciação de Bens Móveis e Imóveis (3)</b>	<b>(1.485.846.529)</b>	<b>(190.717.100)</b>	<b>10.854</b>	<b>0</b>	<b>(1.676.552.775)</b>	
<b>Total Líquido (4) =1+ 2+3</b>	<b>15.239.362.013</b>	<b>496.857.178</b>	<b>(22.283.421)</b>	<b>0</b>	<b>15.713.935.770</b>	

IMOBILIZADO CONSOLIDADO	SALDO EM 31/12/2017	ENTRADAS	BAIXAS	TRANSF.	SALDO EM 31/12/2018
<b>Total Bens Móveis (1)</b>	<b>24.111.196</b>	9.496.662	(14.622)	0	<b>33.593.236</b>
<b>Total Bens Imóveis (2)</b>	<b>16.701.097.346</b>	678.077.616	(22.279.653)	0	<b>17.356.895.309</b>
<b>Depreciação Acumulada (3)</b>	<b>(1.485.846.529)</b>	(190.717.100)	10.854	0	<b>(1.676.552.775)</b>
<b>TOTAL DO IMOBILIZADO</b>	<b>15.239.362.013</b>	<b>496.857.178</b>	<b>(22.283.421)</b>	<b>0</b>	<b>15.713.935.770</b>

Os bens corpóreos possuem parcelas de valores adquiridos antes de 31 de dezembro de 1995 que, em relação ao custo original dos bens, adicionavam-se as correções monetárias a fim de ajustá-los em conformidade com os efeitos inflacionários ocorridos. No entanto, essas atualizações foram revogadas pelo art.4º, parágrafo único da Lei nº 9.249/95 e após essa data as demais aquisições passaram a ser reconhecidas pelo registro original do bem. Devido ao desgaste e a obsolescência desses bens, ao longo do tempo, exigem-se o reconhecimento da despesa em virtude da depreciação calculada por meio do método linear, em função de taxas estabelecidas e do tempo de vida útil, fixadas por espécies de bens.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando doado ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso. Eventual perda resultante da baixa do ativo (representada pelo valor residual do ativo) é incluída no resultado do exercício em que o ativo for baixado.

A desincorporação na conta de Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação no montante de R\$ 11.635, e na conta de Maquinas e Utensílios de Escritório no valor de R\$ 2.987 são relativas às apurações de furtos e desaparecimentos de bens patrimoniais conforme registros nas Atas das 1166º, 1183º, 1194º e 1196º Reuniões Extraordinárias da Diretoria Executiva – DIREX.

As baixas ocorridas na conta de Terrenos no valor de R\$ 247.955 referem-se às retificações por registros em duplicidade. Enquanto que as baixas efetuadas nas contas Instalações – Ferrovias e Instalações- Ferrovias Concedidas, nos valores de R\$ 21.457.169 e R\$ 366.879 respectivamente, referem-se à devolução de valores

pagos a maior para fornecedores conforme parecer de Comissão Especial nº 101/2017 e à baixa de saldos contratuais considerados extintos, não reclamados judicial ou administrativamente, de acordo com o acordo 014.361/2015-9 do Tribunal de Contas da União em contrapartida à conta de Depósitos Retidos de Fornecedores.

As transferências da conta de Obras em Andamento para a conta de Terrenos, no valor de R\$ 23.605.425 e de Obras em Andamento para Estudos e Projetos, no valor de R\$ 69.016.339 decorrem de retificações nas classificações contábeis. Ainda sobre a conciliação da conta Obras em Andamento, foram baixados R\$ 47.152 referentes a projetos que não tiveram continuidade, além da baixa de R\$ 160.498 em contrapartida à conta de Depósitos Retidos de Fornecedores, relativas às baixas de saldos contratuais considerados extintos, não reclamados judicial ou administrativamente.

Composição do ativo imobilizado em percentuais:

<b>COMPOSIÇÃO DO IMOBILIZADO</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>%</b>
Terrenos	397.020.149	2,28%
Terrenos – Permissão de Uso de Pátios	480.985	0,01%
Instalações – Ferrovias	4.487.970.317	25,81%
Instalações – Ferrovias concedidas	2.606.596.088	14,99%
Estudos e Projetos / Obras em Andamento	9.852.040.629	56,65%
Salas e Escritórios / Imóveis de Terceiros / CMT	12.787.141	0,07%
Bens Móveis	33.593.236	0,19%
<b>TOTAL</b>	<b>17.390.488.545</b>	<b>100%</b>

As rubricas “Obras em Andamento” e “Estudos e Projetos” recebem os custos que são empregados nas construções das ferrovias e representam 56,65% da totalidade dos bens imobilizados da VALEC.

No âmbito do Tribunal de Contas da União – TCU, foram instauradas Tomadas de Contas Especiais sobre os contratos da Ferrovia Norte-Sul a fim de verificar possíveis irregularidades. Após julgamento definitivo, caso sejam confirmadas alterações nos custos da Ferrovia, os valores serão revistos e as prováveis perdas serão provisionadas.

Os Ativos Imobilizados da VALEC são registrados em um sistema informatizado que permite controlar sequencialmente os bens móveis gerando relatórios por localidade ou descrição do bem e são depreciados periodicamente.

Anualmente, é realizado o inventário dos bens móveis da VALEC e verificado *in loco* as condições de uso dos bens. Os bens que se apresentam como inservíveis são reparados, doados ou baixados do sistema patrimonial bem como da contabilidade.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a VALEC não identificou qualquer indicação de *impairment* do imobilizado, conforme requerido pelo CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos.

## NOTA 11 - INTANGÍVEL

<b>INTANGÍVEL</b>	<b>SALDO EM 31/12/2017</b>	<b>ENTRADAS</b>	<b>BAIXAS</b>	<b>TRANSF.</b>	<b>SALDO EM 31/12/2018</b>	<b>TAXA AMORTIZ. (%)</b>
Direito de Uso de Comunicação	139.790	0	0	0	139.790	-
Software	13.240.880	3.555.519	0	0	16.796.399	20
Adiantamento para Transf. Tecnologia	4.000.000	0	0	0	4.000.000	-
(-) Amortizações Acumuladas	(4.722.520)	(2.603.401)	0	0	(7.325.921)	-
<b>Total Intangíveis</b>	<b>12.658.150</b>	<b>952.118</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>13.610.268</b>	

Os Direitos de uso de Comunicação são direitos junto às empresas de telefonia que estão sendo reclamados pela VALEC.

Os “Softwares” são amortizados ao longo de sua vida útil estimada em 05 anos.

Anualmente, é realizado o inventário dos intangíveis da VALEC e testado sua servibilidade. Os intangíveis que se apresentarem como inservíveis são doados ou baixados do sistema patrimonial bem como da contabilidade.

A conta de Adiantamento para Transferência de Tecnologia não sofre amortização por estar em fase de desenvolvimento.

## NOTA 12 - COMPROMISSOS A CURTO PRAZO

### a) Fornecedores

<b>FORNECEDORES</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Saldo do exercício anterior	3.077.451	5.366.161
Reconhecimento de obrigações	789.754.617	718.777.813
Pagamento de fornecedores	(789.754.617)	(718.777.813)
Baixa de fornecedores	0	(2.288.710)
<b>TOTAL</b>	<b>3.077.451</b>	<b>3.077.451</b>

O saldo da conta de “Fornecedores” compreende as obrigações com prestadores de serviços e fornecedores de materiais à VALEC.

### b) Desapropriações

<b>DESAPROPRIAÇÕES</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Saldo do exercício anterior	346.853	151.289
Reconhecimento de obrigações	10.798.570	12.157.545
Pagamento aos expropriados	(10.887.206)	(11.961.981)
Baixa de obrigações	(247.954)	0
<b>TOTAL</b>	<b>10.263</b>	<b>346.853</b>

O saldo da conta Desapropriações a Pagar compreende as obrigações com expropriados advindos dos processos de desapropriações.

### c) Provisão para Férias e Encargos

<b>PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
RFFSA	2.675.019	5.347.457
GEIPOT	821.899	1.311.590
VALEC	8.785.310	9.205.364
<b>TOTAL</b>	<b>12.282.228</b>	<b>15.864.411</b>

## NOTA 13 - COMPROMISSOS A LONGO PRAZO

### a) Depósitos Retidos sobre Fornecedores

<b>DEPÓSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Saldo do exercício anterior	56.965.737	54.724.694
Retenções sobre fornecedores	2.233.975	2.241.043
Baixa de depósitos	(21.919.118)	0
Pagamento de Obrigações	(6.058)	0
<b>TOTAL</b>	<b>37.274.536</b>	<b>56.965.737</b>



A conta “Depósitos Retidos de Fornecedores” registra as retenções contratuais sobre pagamentos a fornecedores e outras retenções como glosas por determinações dos Órgãos de Controle. As baixas que ocorreram no ano de 2018 referem-se aos contratos encerrados e não reclamados administrativamente, bem como baixa de retenções conforme Acórdão 014.361/2015-9 do Tribunal de Contas da União.

#### b) Provisões de Ações Cíveis e Trabalhistas

A companhia possui passivos contingentes representados por ações trabalhistas e cíveis impetrados contra VALEC e as extintas empresas Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA e Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT. Os valores dos processos judiciais classificados como obrigações presentes e com “prováveis” saídas futuras de recursos financeiros apresentaram a seguinte movimentação em 2018:

AÇÕES	SALDO EM 31/12/2017	INGRESSO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	BAIXA	BAIXA AT. MONET.	SALDO EM 31/12/2018
Cíveis	797.198.296	683.112	74.719.018	(105.245)	(60.608)	872.434.573
Trabalhistas	114.849.311	1.151.926	5.916.077	(3.696.394)	(2.423.820)	115.797.100
<b>SALDO</b>	<b>912.047.607</b>	<b>1.835.038</b>	<b>80.635.095</b>	<b>(3.801.639)</b>	<b>(2.484.428)</b>	<b>988.231.673</b>

O montante referente às ações trabalhistas compõe-se de valores das causas peticionadas no processo e da atualização monetária com base na Tabela Única de Atualização e Conversões de Débitos Trabalhistas, expedidas pelo Conselho do Poder Judiciário da Justiça do Trabalho, bem como de juros de 1% ao mês. E para as ações cíveis, a atualização monetária é baseada na Tabela de Correção Monetária da Justiça Federal e juros simples de 0,5% ao mês.

A Assessoria Jurídica da VALEC, periodicamente, atualiza a área de contabilidade quanto à classificação de risco, inclusão de novas ações e julgamentos definitivos.

#### c) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC

Os Adiantamentos para futuros aumentos de capital são compostos de recursos, oriundos do Orçamento Geral da União, nos exercícios de 2015 a 2018, na categoria Investimento, e sua utilização destinou-se à construção das Ferrovias Norte-Sul EF-151, Extensão Sul, Ferrovia Integração Oeste-Leste EF-334 (FIOL) e Ferrovia EF-354 (FICO - Ferrovia Integração Centro-Oeste). Conforme o Decreto nº 8.945 de 27/12/2016, a atualização monetária pela taxa SELIC não incide mais sobre os valores aportados a partir de 01 de janeiro de 2017, entretanto, a atualização permanece sobre os saldos dos recursos anteriores a 31 de dezembro de 2016 até a sua efetiva integralização ao capital social da VALEC.

No 1º trimestre de 2018, foi autorizado e aprovado, conforme Ata da 68ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de março de 2018, a integralização do capital social mediante transferência de recursos recebidos a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no valor de R\$ 5.003.216.312 referente aos exercícios de 2015, 2016 e 2017.

AFAC - PNC	31/12/2018	31/12/2017
Saldo do exercício anterior	4.364.527.050	11.503.491.444
Integralização	(4.364.527.050)	(8.197.605.451)
Atualização Monetária	65.964.185	1.058.641.057
<b>TOTAL AFAC Passivo Não Circulante (1)</b>	<b>65.964.185</b>	<b>4.364.527.050</b>

  

AFAC – PL	31/12/2018	31/12/2017
Saldo do exercício anterior	652.155.943	0
Ingressos	702.944.567	652.155.943
Integralização	(638.689.262)	0
<b>TOTAL AFAC Patrimônio Líquido (2)</b>	<b>716.411.248</b>	<b>652.155.943</b>
<b>TOTAL GERAL AFAC (1+2)</b>	<b>782.375.433</b>	<b>5.016.682.993</b>

## NOTA 14 – ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DE SUBCONCESSÃO

### a) Adiantamento de Clientes

A conta Adiantamentos de Clientes expressa os valores recebidos das permissionárias, conforme contratos de Permissão para Uso dos Pátios da VALEC. Como os contratos são de longo prazo (15 anos), em atendimento ao regime de competência, os recursos recebidos são registrados como adiantamentos no passivo para diferimento mensal no resultado (receita operacional) conforme o prazo contratual.

Em 2018, os saldos de adiantamentos de clientes de curto e longo prazo apresentaram as seguintes movimentações:

<b>Adiantamento de clientes – Circulante</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Saldo do exercício anterior	1.973.664	1.809.048
Reconhecimento da receita	(1.973.664)	(1.946.228)
Transf. do não circulante para circulante	1.973.664	1.946.228
Novas permissões	0	164.616
<b>TOTAL Circulante</b>	<b>1.973.664</b>	<b>1.973.664</b>

  

<b>Adiantamento de clientes – Não Circulante</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Saldo do exercício anterior	30.532.868	30.174.478
Transf. do não circulante para circulante	(1.973.664)	(1.946.227)
Novas permissões	0	2.304.617
<b>TOTAL Não Circulante</b>	<b>28.559.204</b>	<b>30.532.868</b>

### b) Adiantamento de Subconcessão

Os valores recebidos da Ferrovia Norte Sul S/A referentes ao Contrato de Subconcessão do trecho Açailândia/MA a Palmas/TO, foram registrados no passivo circulante e não circulante para diferimento mensal no resultado (receita operacional) conforme prazo contratual (30 anos).

Em 2018, a conta Adiantamento de Subconcessão (curto e longo prazo) apresentaram as seguintes movimentações:

<b>Adiantamento de Subconcessão - Não Circulante</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Saldo do exercício anterior	49.273.500	49.273.500
Reconhecimento da receita	(49.273.500)	(49.273.500)
Transf. do não circulante para circulante	49.273.500	49.273.500
<b>TOTAL</b>	<b>49.273.500</b>	<b>49.273.500</b>

  

<b>Adiantamento de Subconcessão – Não Circulante</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Saldo do exercício anterior	936.196.500	985.470.000
Transf. do não circulante para circulante	(49.273.500)	(49.273.500)
<b>TOTAL</b>	<b>886.923.000</b>	<b>936.196.500</b>

## NOTA 15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

O Capital Social, após a integralização de capital, Conforme Ata da 68ª Assembleia Geral Extraordinária de 22/03/2018, totaliza R\$ 21.475.812.910 e é composto de 8.090.009 ações ordinárias, sem valor nominal, no qual a União é detentora de 100% dessas ações.

<b>Capital Social</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Saldo do exercício anterior	16.472.596.598	8.274.991.147
Aumento do capital pela integralização do AFAC	5.003.216.312	8.197.605.451
<b>TOTAL</b>	<b>21.475.812.910</b>	<b>16.472.596.598</b>

## b) Prejuízos Acumulados

O Prejuízo Acumulado no valor de R\$ 7.104.902.708 decorre, basicamente, dos efeitos inflacionários da atualização monetária dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital; da constituição de provisões e atualizações monetárias; da depreciação dos bens patrimoniais e amortização dos bens intangíveis, ajustes de exercícios anteriores e; do resultado negativo da equivalência patrimonial sobre o investimento na Transnordestina Logística S/A.

Conforme Nota 3, a VALEC está rerepresentando suas demonstrações referentes aos anos de 2016 e 2017 de acordo com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. As retificações efetuadas são referentes aos anos de 2005 a 2017, no que tange ao diferimento da receita sobre os contratos de longo prazo de Permissões para Uso de Pátios e da Subconcessão do Trecho da Ferrovia Norte Sul que liga Açailândia/MA a Palmas/TO, bem como transferência de Obras em Andamento e Estudos e Projetos para Instalações – Ferrovias, dos custos das ferrovias concluídas e autorizadas pela ANTT para tráfego e suas respectivas depreciações. Essas retificações contábeis resultaram em alterações nos prejuízos dos exercícios e, conseqüentemente, nos prejuízos acumulados.

As alterações dos saldos da conta Prejuízos Acumulados, nos anos de 2005 a 2017, estão assim descritas:

<b>Prejuízo Acumulado</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Saldo Publicado	(231.328.738)	(230.725.590)	(312.721.267)	(389.734.174)	(538.398.396)	(718.250.785)	(1.098.549.851)
Retificação	(13.195)	(55.225)	(739.427.435)	(521.514.716)	(867.645.600)	(1.191.075.145)	(1.200.785.065)
<b>Saldo retificado</b>	<b>(231.341.933)</b>	<b>(230.780.815)</b>	<b>(1.052.148.702)</b>	<b>(911.248.890)</b>	<b>(1.406.043.996)</b>	<b>(1.909.325.930)</b>	<b>(2.299.334.916)</b>

<b>Prejuízo Acumulado</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Saldo Publicado	(1.431.996.825)	(1.839.911.538)	(1.138.066.894)	(2.682.908.794)	(4.194.413.087)	(5.141.848.822)
Retificação	(1.220.668.812)	(1.245.503.667)	(1.268.642.298)	(1.416.656.337)	(1.597.763.674)	(1.710.597.642)
<b>Saldo retificado</b>	<b>(2.652.665.637)</b>	<b>(3.085.415.205)</b>	<b>(2.406.709.192)</b>	<b>(4.099.565.131)</b>	<b>(5.792.176.761)</b>	<b>(6.852.446.464)</b>

## NOTA 16 – RECEITAS OPERACIONAIS

### a) Receita de Exploração da Ferrovia

A receita de exploração da ferrovia refere-se à venda de direito de passagem. No ano de 2018, a VALEC vendeu para a Ferrovia Norte Sul S/A o direito de passagem na FNS trecho Palmas/TO a Anápolis/GO para transporte de manganês, trilhos, vagões e locomotivas. O total dessa receita no período foi de R\$ 199.034.

### b) Receita de Permissão para Uso de Pátios

Os contratos firmados entre a VALEC e as permissionárias são reconhecidos no passivo como adiantamento de clientes para diferimento mensal da receita, conforme prazo contratual, em atendimento ao regime de competência.

As receitas diferidas nos anos de 2005 a 2017, após retificação na contabilidade conforme Nota 3, são:

Receitas por contrato	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
ABC Ind. Com		853	853	853	853	853	853	853	853	853	853	853	853	10.236
Agrex do Brasil*								42.156	252.933	252.933	252.933	252.933	252.933	1.306.822
Agrex do Brasil 16/2005	1.055	3.167	3.167	3.167	3.167	3.167	3.167	3.167	3.167	3.167	3.167	3.167	3.167	39.059
Bunge S.A.											219.470	219.470	219.470	658.411
Cargill Agrícola S.A.											174.814	209.776	209.776	594.366
Multigrain S.A.													137.180	137.180
Norship							23.272	31.029	31.029	31.029	31.029	31.029	31.029	209.445
NovaAgri 040					11.188	22.375	22.375	22.375	22.375	22.375	22.375	22.375	22.375	190.191
NovaAgri 007/11							23.143	34.714	34.714	34.714	34.714	34.714	34.714	231.427
NovaAgri 025								33.333	133.334	133.334	133.334	133.334	133.334	700.002
Consórcio Pedro Afonso - Bunge 038						9.930	19.860	19.860	19.860	19.860	19.860	19.860	19.860	148.953
Consórcio Pedro Afonso - Bunge 039						9.930	19.860	19.860	19.860	19.860	19.860	19.860	19.860	148.953
Petrobrás - FCM							72.044	108.067	108.067	108.067	108.067	108.067	108.067	720.444
Porto Seco												186.667	320.000	506.667
Raízen Combustíveis S.A.							44.889	67.333	67.333	67.333	67.333	67.333	67.333	448.889
Renova Biodiesel			5.682	9.741	9.741	9.741	9.741	9.741	9.741	9.741	9.741	9.741	9.741	103.094
Distribuidora Taboão						9.934	19.867	19.867	19.867	19.867	19.867	19.867	19.867	149.005
Total Distribuidora												308.611	336.667	645.278
Cotril Agropecuária*			2.662	4.564	4.564	4.564	4.564	4.564	4.564	38.412				68.456
Voetur 012*			5.748	9.853	9.853	9.853	9.853	9.853	9.853	82.932				147.800
Êxito Imp.*							19.775	33.900	33.900	33.900	387.025			508.500
Fertilizantes Tocantins*						10.913	18.709	18.709	18.709	18.709	194.882			280.630
Global Distribuidora*			2.722	4.667	4.667	4.667	4.667	4.667	4.667	34.611				70.001
Rodo Posto Eldorado*			2.586	4.433	4.433	4.433	4.433	4.433	4.433	4.433	4.433	28.447		66.500
<b>Total Geral</b>	<b>1.055</b>	<b>4.020</b>	<b>23.420</b>	<b>37.279</b>	<b>48.466</b>	<b>100.362</b>	<b>321.073</b>	<b>488.483</b>	<b>799.261</b>	<b>906.187</b>	<b>1.738.370</b>	<b>1.676.106</b>	<b>1.946.228</b>	<b>8.090.310</b>

\* Contratos rescindidos

As receitas sobre permissão para uso de pátios diferidas no ano de 2018 foram:

Receitas por contrato	2018	Vigência dos contratos ativos
ABC Ind. Com	853	Jan/21
Agrex do Brasil*	252.933	Out/27
Agrex do Brasil 16/2005	3.167	Set/20
Bunge S.A.	219.470	Dez/29
Cargill Agrícola S.A.	209.776	Fev/30
Multigrain S.A.	164.616	Fev/32
Norship	31.029	Mar/26
NovaAgri 040	22.376	Jun/24
NovaAgri 007	34.714	Abr/26
NovaAgri 025	133.334	Set/27
Consórcio Pedro Afonso - Bunge 038	19.860	Jun/25
Consórcio Pedro Afonso - Bunge 039	19.860	Jun/25
Petrobrás - FCM	108.067	Abr/26
Porto Seco	320.000	Mai/46
Raízen Combustíveis S.A.	67.333	Abr/26
Renova Biodiesel	9.741	Mai/22
Distribuidora Taboão	19.867	Jun/25
Total Distribuidora	336.667	Fev/46
<b>Total</b>	<b>1.973.663</b>	

\* Contrato rescindido

### c) Receita de Subconcessão – FNS

O Contrato nº 033/2007 assinado entre a VALEC e a Ferrovia Norte Sul S/A para a Subconcessão da FNS trecho de Açailândia/MA a Palmas/TO, por um prazo de 30 (trinta) anos, foi assinado em 20/12/2007 e reconhecido no passivo como Adiantamento de Subconcessão para posterior realização da receita conforme prazo contratual.

A receita de Subconcessão realizada de janeiro de 2008 a dezembro de 2018 é de R\$ 542.008.500:

Receitas	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Subconcessão FNS	49.273.500	49.273.500	49.273.500	49.273.500	49.273.500	49.273.500

  

Receitas	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
Subconcessão FNS	49.273.500	49.273.500	49.273.500	49.273.500	49.273.500	542.008.500

## NOTA 17 - DESPESAS OPERACIONAIS

### a) Gerais E Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas totalizaram, no ano de 2018, o valor de R\$ 76.816.227:

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	31/12/2018	31/12/2017
Sentenças e Depósitos judiciais	(7.470.181)	(6.613.314)
Material de Expediente e Combustíveis	(940.528)	(815.434)
Assessoria, Consultoria, Locação de mão-de-obra, limpeza e vigilância	(57.021.756)	(51.358.211)
Locação de Imóveis e Equipamentos	(10.630.334)	(12.936.448)
Conservação/manutenção ativo infraestrutura	(130)	(13.275)
Energia, Água e Telecomunicações	(347.182)	(534.170)
Impostos e Taxas	(160.679)	(127.434)
Baixa de Ativos	(245.437)	(2.726.547)
<b>TOTAL</b>	<b>(76.816.227)</b>	<b>(75.124.833)</b>

### b) Resultado de Equivalência Patrimonial

Conforme Nota 9, o resultado com equivalência patrimonial negativo refere-se à participação acionária significativa na companhia Transnordestina Logística S/A, o qual totalizou R\$ 29.550.346, composto pelos resultados de equivalência patrimonial negativos do exercício de 2017 e 2018 (até 3º trimestre).

Resultado da Equivalência Patrimonial	31/12/2018
Resultado de Equivalência Patrimonial Negativo – Exercício 2017	(15.641.694)
Resultado de Equivalência Patrimonial Negativo – Exercício 2018	(13.908.652)
<b>TOTAL</b>	<b>(29.550.346)</b>

## NOTA 18 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

A rubrica “Outras Receitas Operacionais” compreende a reversão de provisões para contingências no valor de R\$ 3.801.639 (vide Nota 13b) e a recuperação de créditos de INSS junto à Receita Federal do Brasil no valor de R\$ 54.285.136 (vide Nota 5c).

Com base em informações da Assessoria jurídica da VALEC, foram efetuadas as atualizações dos passivos contingenciais referentes às ações trabalhistas e cíveis impetradas contra a VALEC, a Extinta Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA e a Extinta Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT, conforme Nota 13b.

## NOTA 19 - DESPESAS FINANCEIRAS

DESPESAS FINANCEIRAS	31/12/2018	31/12/2017
Atualização Monetária - Contingências	(80.635.095)	(81.436.916)
Baixas Atualização Contingências	2.484.428	97.207.601
Juros sobre AFAC	(65.964.185)	(1.058.641.057)
Multas e Juros	(67.771)	(2.680.967)
<b>TOTAL</b>	<b>(144.182.624)</b>	<b>(1.045.551.339)</b>

A rubrica “Atualização Monetária Contingências” é composta pelas despesas com atualizações monetárias das contingências judiciais, as quais foram calculadas com base na Tabela Única de Atualização e Conversões de Débitos Trabalhistas, expedidas pelo Conselho do Poder Judiciário da Justiça do Trabalho, bem como de juros de 1% ao mês. E para as ações cíveis, a atualização monetária é baseada na Tabela de Correção Monetária da Justiça Federal e juros simples de 0,5% ao mês.

Conforme determina o Decreto nº 2.673 de 16 de julho de 1998, sobre os valores do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC aportados até 31 de dezembro de 2016 incidiam a atualização monetária pela taxa SELIC. No entanto, conforme o Decreto nº 8.945 de 27 de dezembro de 2016, essa atualização monetária não incide mais sobre os valores aportados a partir de janeiro de 2017, a atualização permanece somente sobre os saldos dos recursos anteriores até a sua efetiva integralização ao capital social da VALEC.

Em 2018, o valor de R\$ 67.771 decorre de multa paga em favor da Agência Nacional de Saúde (ANS) no valor de R\$ 60.000 e o restante advém de juros e multas de mora por atraso em pagamentos. Quanto a 2017, devido à reapresentação das demonstrações contábeis, a despesa com multas e juros cujo valor era de R\$ 1.656.226 foi acrescida de R\$ 1.024.741, totalizando o valor de R\$ 2.680.967. Esse acréscimo decorre da atualização negativa sobre o saldo a receber dos contatos diferidos com permissão de uso dos pátios. Nesse período, os índices de correção médios (IGP-M) e (IGP-DI) foram, respectivamente, de -0,04% a.m e -0,03% a.m.

## NOTA 20 – SUBVENÇÃO DO TESOUREIRO NACIONAL – REPASSE PARA CUSTEIO E PESSOAL

No ano de 2018, a subvenção para custeio e pessoal repassada à VALEC pela Secretaria do Tesouro Nacional totalizou R\$ 256.480.464.

Empresa	Pessoal	Custeio	31/12/2018
VALEC	116.374.708	79.540.195	195.914.903
Extinta RFFSA	41.649.294	7.151.622	48.800.916
Extinto GEIPOT	9.991.307	1.773.338	11.764.645
<b>Total Geral</b>	<b>168.015.309</b>	<b>88.465.155</b>	<b>256.480.464</b>

## NOTA 21 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA que tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela companhia e sua distribuição durante determinado período é apresentada pela VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. A DVA, em sua primeira parte, apresenta os insumos recebidos de terceiros (aquisições de materiais, energia elétrica, serviços de terceiros e outros); a depreciação e a amortização; e o valor adicionado recebido em transferência (receitas de aluguéis, receitas financeiras e subvenções governamentais para custeio). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, despesas financeiras, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

## NOTA 22 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As informações complementares são informações que não são apresentadas nas demonstrações contábeis, mas que são consideradas relevantes para divulgação.

### a) Passivo Contingente – Possível

Conforme Item nº 86 do CPC 25 - *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*; “a entidade deve divulgar para cada classe de passivo contingente na data do balanço, uma breve descrição da natureza do passivo contingente...”. Assim, os processos judiciais impetrados contra a VALEC, a extinta RFFSA e o GEIPOT, classificados pela Assessoria Jurídica como obrigações “*possíveis*”, bem como os processos de Tomada de Contas Especial instaurados pelo Tribunal de Contas da União – TCU que aguardam julgamento definitivo, não foram contabilizados, apenas divulgados em Nota Explicativa.

Os processos judiciais e de Tomada de Contas Especial do TCU classificados com “possível” risco de perda, apresentaram os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2018:

<b>VARAS</b>	<b>31/12/2018</b>
Cíveis	480.425.592
Trabalhistas	49.835.114
TCE - TCU	844.039.833
<b>SALDO</b>	<b>1.374.300.539</b>

### b) Remuneração de Diretores, Empregados e Comissionados

As remunerações pagas aos diretores, aos empregados e aos comissionados com base no Decreto Lei nº 2.355 de 27 de agosto de 1987 (revogado pela Lei 13.464 de 10 de julho de 2017), em dezembro de 2018, foram de:

<b>Remuneração</b>	<b>Maior</b>	<b>Menor</b>	<b>Média</b>
Diretores	28.371	28.117	28.168
Empregados	24.717	3.044	8.547
Comissionados	22.262	4.105	15.461

### c) Recursos Recebidos para Pagamento de Investimento, Pessoal e Custeio

Os recursos recebidos da União (Cotas Financeiras Recebidas e Cotas Financeiras de Restos a Pagar Recebidas), em 2018, para pagamentos de investimentos, despesas com pessoal e custeio estão descritos abaixo:

<b>Empresa</b>	<b>Investimento</b>	<b>Pessoal</b>	<b>Custeio</b>	<b>Total até 31/12/2018</b>
VALEC	702.944.567	116.374.708	79.540.195	898.859.470
Extinta RFFSA	0	41.649.293	7.151.622	48.800.916
Extinto GEIPOT	0	9.991.307	1.773.338	11.764.645
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>702.944.567</b>	<b>168.015.309</b>	<b>88.465.155</b>	<b>959.425.031</b>

**Márcio Guimarães de Aquino**  
Diretor Presidente Interino  
Diretor de Planejamento

**Marcus Expedito Felipe de Almeida**  
Diretor de Engenharia Interino  
Diretor de Operações e Participações

**Leyvan Leite Cândido**  
Diretor de Administração e Finanças

**Meg Sarkis Simão Rosa**  
Contadora CRC/DF – 012674/O-9

